

ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita para falar a primeira oradora inscrita, a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, venho a esta tribuna para tratar de um assunto que com certeza hoje é o assunto do dia, que é a greve do Magistério Catarinense.

Em primeiro lugar, entendo que é necessário situar o governo do estado no cenário conjuntural educacional do país, que coloca no horizonte da sua estratégia a educação como vetor do desenvolvimento. O mote Pátria Educadora, escolhido como norteador para as ações do segundo

mandato da presidenta Dilma Rousseff, sem dúvida, traz em si a dimensão que o tema terá na elaboração e na execução das políticas públicas no interior das três esferas da administração pública: municipal, estadual e federal.

Por isso mesmo, gostaria de chamar a atenção do governo do estado estadual para o tema e pedimos a sensibilidade, neste atual momento, com os professores e professoras que tentam negociar melhores condições que servirão como base estrutural para acompanhar o novo desafio que o povo brasileiro se coloca, ou seja, a educação como principal vetor de desenvolvimento.

Santa Catarina é apontada nas estatísticas oficiais como o estado o 6º maior PIB do Brasil, com 4% do total nacional. As principais atividades econômicas sejam a agricultura, a pecuária, a pesca, o turismo, o extrativismo e a indústria, são responsáveis por estes indicadores. Contudo, a posição de Santa Catarina na formação da renda interna brasileira é muito modesta, embora esteja situada entre as dez primeiras unidades da federação. Em relação a algumas atividades econômicas temos tido algum destaque, como a embutiria madeireira, a indústria têxtil, a pesca e a suinocultura. Outras atividades representam muito pouco no cenário brasileiro, mesmo que tenha, no plano estadual, muita importância.

A modesta situação na formação da renda interna brasileira pode estar relacionada à falta de investimentos em políticas básicas e essenciais, como no caso, a educação.

Para garantir maior desenvolvimento e maior destaque no setor econômico, o aumento da representatividade de apenas 4% do total nacional é necessário e, para isso, uma boa base educacional é elemento primordial, seja para o crescimento econômico ou na distribuição de renda movida a partir da qualificação profissional.

Infelizmente, nesse sentido, nosso governo está perdendo a grande janela de oportunidade quando não prioriza a educação e a relação com o servidor da educação.

É preciso, portanto, mudar o tratamento que está sendo dado aos professores, aos profissionais da educação.

Santa Catarina, vergonhosamente, recentemente já esteve na lista dos estados a pagar os piores pisos salariais do Brasil, o que prova o descompasso entre as oportunidades, o potencial e a incapacidade de exportar essa realidade.

Em 2011, por exemplo, tivemos a maior greve da categoria do magistério e pouca coisa mudou de lá para cá. Mudar o sentimento de menosprezo com a educação por parte do governo estadual é primordial para garantir melhor qualidade de vida ao nosso povo.

Neste momento, o Sinte está em estado de greve com uma pauta represada de anos, e o governo precisa ouvir e garantir com firmeza a solução dos problemas a curto e médio prazo em vez de transformar o sindicato em adversário, tem que tê-lo como aliado para acenar na direção da educação como vetor de desenvolvimento do nosso estado.

O que precisa mudar então, deputados? O novo plano de carreira do Magistério com nova tabela salarial foi apresentado neste ano durante reunião do secretário da Educação com os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

Apesar de Santa Catarina cumprir o piso nacional, somente em 2011, em função de uma determinação do STF, a tabela salarial dos professores sofreu um achatamento há três anos ainda não corrigido. Os profissionais da educação desde então vêm exigindo mudanças nesse quesito, com poucos ouvidos dedicados a escutar as diferenças salariais entre professores licenciados e com especialização que ficou menor, não ficou bom isso.

A descompactação salarial precisa acontecer para garantir que o profissional qualificado tenha as condições necessárias para se manter como professor de carreira da rede pública. Pela tabela atual, um professor, em final de carreira, nível 12, referência sete, ganha R\$ 3.144,00, mais as vantagens pessoais. Já o vencimento no início com

o piso fixado hoje em lei federal é de R\$ 1.917,78. Tem muito que dizer esses números.

Além da descompactação é preciso garantir a paridade entre ativos e aposentados. O enquadramento deve respeitar o tempo de serviço e a formação, a manutenção do ensino médio na carreira, pois entendemos que é o nível que estabelece a indexação do reajuste anual do piso.

Vale lembrar também que mesmo se comprometendo com o sindicato em 2011 a realizar a revisão da Lei 456/2009, que prejudica enormemente os ACTs, fato que até o momento não ocorreu, o governador Raimundo Colombo e o secretário da Educação, ao contrário enviaram a esta Casa uma medida provisória que altera a remuneração, mantém as punições e não melhoram, em nada, as condições de trabalho dos profissionais empurrando-os para uma situação ainda mais precária, oficializando a terceirização dos trabalhadores temporários, pois passam a ser contratados agora como prestadores de serviço.

A partir desses elementos é perceptível que a estratégia do governo está totalmente equivocada quando deixa de tratar a educação como uma grande oportunidade para transformá-la em um mero gasto ou em uma mercadoria.

Os professores estão mobilizados, e estamos vendo um cenário alarmante em todo o Brasil quando o assunto é o tratamento dado por governadores aos professores.

Paralisações como a de São Paulo, Paraná e Santa Catarina merecem uma análise mais profunda dos governantes. Ao tratar educação como mercadoria, os professores como gasto, e os alunos como produtos, o acirramento entre contratante e contratado é inevitável. Buscar uma aproximação com este setor, que terá um enorme incremento orçamentário a partir do Fundo Social do Pré-Sal, por exemplo, é indispensável.

Então, eu gostaria, deputados e todos que acompanham esta sessão, de pedir insistentemente que o governo de fato dialogue. E se eu perguntar aqui para os deputados, o governo não dialogou nem

sequer com os deputados, muito menos com o sindicato.

Não é verdade que o sindicato não tem negociado. O Sindicato teve uma assembleia no dia 13 de março, teve outra assembleia no dia 10 de março, e nenhuma dessas assembleias declarou greve porque entendeu que era o momento de, justamente, aproximar negociação para evitar a paralisação das atividades.

Então, presidente, temos um gesto do Magistério Catarinense no sentido de construir o diálogo, mas o governo nem dialoga com os Parlamentares. Nós, hoje, na comissão de Constituição e Justiça é que provocamos, literalmente provocamos um debate com a Secretaria de Estado da Educação, debate este que vai acontecer agora, às 14h30min.

Quero dizer aqui que muitos parlamentares estão sensíveis à causa, estão desconfortáveis, porque quem está impedindo a negociação é o governo. Se eu perguntar qual é a contraproposta que o governo apresentou a partir da proposta do magistério, nós não temos nenhuma contraproposta. Ou seja, quem está apostando na greve, na paralisação e na omissão é o governo do estado.

Nós estamos aqui reiterando a necessidade do diálogo, porque não há estado desenvolvido, em nenhuma região, sem que a educação seja valorizada. Nós queremos negociar, queremos discutir, queremos uma contraproposta com respeito aos ACTs, efetivos, aposentados, aos de dentro de sala e aos de fora de sala.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado João Amin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, srs. deputados.

Gostaria de cumprimentar o deputado Valmir Comin, as deputadas Luciane Carminatti, Dirce Heiderscheidt, as pessoas que nos acompanham pela

TV da Assembleia Legislativa e pela Rádio Alesc Digital.

Faço o registro, já que ontem esta Casa recebeu a Câmara de Vereadores do município de Florianópolis, quando comemoramos, em sessão solene, 289 anos da nossa cidade, numa sessão muito bonita, com diversos homenageados, e eu tive a honra de poder falar em seus nomes.

Também gostaria de registrar aqui a grande procissão do Senhor Jesus dos Passos, que ocorreu no sábado à noite e no domingo à tarde. Procissão essa que ocorreu no sábado à noite mesmo embaixo de chuva. A cidade de Florianópolis foi agraciada com uma bela tradição, a procissão saindo da capela do Hospital de Caridade até a Catedral, no sábado à noite, e da Catedral até a Capela do Hospital de Caridade no domingo, à tarde.

Diversas autoridades, mais de 40 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, fizeram, sem nenhum incidente, um belo momento.

Depois de dois assuntos que realmente merecem a comemoração, por fim, ontem, à noite, recebi a notícia de que o Ibama e a Funai liberaram 100% para o início dos trabalhos do contorno do anel viário. Agora não tem mais desculpas, pois essa obra beneficia a Grande Florianópolis. Essa obra inicia no trecho norte começando em Biguaçu e no trecho sul começando na Palhoça. O trecho norte com 29km e o trecho sul com 12km. Isso cai fazer com que o Mercosul, o Brasil, seja beneficiado com essa obra.

Vejam os srs. que o fato que ocorreu na última sexta-feira, onde um caminhão carregado de plástico bateu numa moto, pegou fogo e o cidadão que queria atravessar a ponte ficou até às 21h sem conseguir. A cidade ficou trancada literalmente. E agora a Autopista Litoral Sul vai ter que agilizar a obra. E se antes não tinha o licenciamento ambiental, essa desculpa não existe mais, pois temos 100% de liberação nos 51km do trecho dessa obra. Esse é um motivo para comemorar e cobrar. Esta Casa vai ter um papel muito importante no acompanhamento dos desdobramentos desse licenciamento.

É bom frisar que no início deste ano houve aumento do valor do pedágio. E a concessionário que aumentou o pedágio agora vai ter que, com que esse investimento que aumentou, devido ao aumento do pedágio, acelerar essas obras tão importantes para o desenvolvimento da nossa região.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo e dizer que é muito fácil colocar pedágio, mas quando passo na BR-101 eu tenho vergonha, sabendo que o projeto que lutei a minha vida toda, hoje está se esborrachando e cheio de buracos.

Nem entregue a obra foi. Quer dizer, aumentaram o pedágio e a obra não foi entregue. Não deveria nem ser cobrado pedágio. Quanto foi que a empresa que fiscalizou a obra levou para deixar passar uma camadinha de asfalto num trecho que sequer tinha uma estrutura? Passaram uma camada com menos de 1cm de asfalto ali na Palhoça. Parece que vai desmoronar tudo.

Então, queremos cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento que faz e conte conosco nesta missão.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Agradeço, deputado, pelo seu alerta. É fundamental dizer que não apenas a empreiteira, a Autopista, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, mas todos estão envolvidos. Agora é hora de fiscalizar. A Assembleia tem o papel fundamental de fiscalizar. A população do sul do estado é a maior prejudicada com a não conclusão dessa obra tão importante.

As indenizações, que foram até motivo de matéria jornalística neste final de semana, mostram que no Morro do Cipó, em Palhoça, mais de 20 famílias prestes a ser indenizadas reclamam que os depósitos realizados pela Autopista são menores do que os valores combinados. Apesar dos cidadãos não poderem se negar a desocupar os imóveis em caso de recebimento de ordem judicial, eles têm o direito de discutir a validade da negociação em juízo. A boa técnica diz que as empresas

responsáveis pelas indenizações têm que utilizar as regras aceitas no mercado, a avaliação de corretores, engenheiros e levar em consideração os valores investidos na melhoria dos imóveis.

Por isso a comissão dos Transportes da Assembleia Legislativa vai fiscalizar com certeza esta obra tão importante para o nosso estado e o país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores da TVAL, quero cumprimentar os prefeitos deste estado. Quero referir-me justamente aos prejuízos que vêm sofrendo os prefeitos por falta de um novo Pacto Federativo.

Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, pedi um estudo para o Instituto Teotônio Vilella, do qual sou presidente em Santa Catarina, referente ao Pacto Federativo que atende os nossos municípios. E gostaria de falar que o Pacto Federativo orienta a relação entre os entes da Federação brasileira, estados, municípios e União, que cada vez mais tem se marcado pelos conflitos, isso se dá, sobretudo, na dimensão fiscal do federalismo brasileiro.

Nos últimos anos vivenciamos conflitos relacionados à repartição das receitas petrolíferas, à indexação das dívidas dos estados com a União, à cobrança do ICMS sobre o comércio eletrônico, à concorrência por investimentos que se desenvolvem com base em desonerações, a famigerada guerra fiscal. Só sobre esse último tema há mais de 500 conflitos em julgamento no STF, de acordo com os estudos e pesquisas já realizados. Claro, muitos desses conflitos foram pacificados, seja pela via jurisdicional ou pela via parlamentar criando leis. No entanto, o problema de fundo persiste, as disputas são tantas que chega a ser questionável que definamos a relação entre os entes federados como um pacto. Que pacto é esse em que os pactuantes estão todos

insatisfeitos, os municípios e os estados? Um pacto injusto e desigual, para dizer o mínimo um pacto dos descontentes.

Uma das razões para que a federação brasileira seja um pacto de descontentes é a submissão financeira dos municípios e estados com a União federal. Visando o aprimoramento da democracia e das políticas públicas a Constituição de 1988 descentralizou as competências administrativas e legislativas. Temas como saúde, educação básica e segurança pública passaram a ser de responsabilidade dos estados e dos municípios. A ideia era aproximar a máquina pública das realidades locais para melhor servir a população. Um propósito nobre seria, caso isso acontecesse, mas a distribuição de responsabilidades não foi acompanhada de uma partilha proporcional dos recursos arrecadados ou das competências de tributar. Descentralizaram os seus gastos, mas não as receitas, pelo menos não em grau suficiente, isso faz com que estados e municípios dependam da transferência de recursos da União para cumprir com as suas novas atribuições. A União, por sua vez, trabalha no sentido de concentrar ainda mais a arrecadação piorando o problema.

Vou dar alguns exemplos, sras. e srs. deputados. Por meio de programas e leis nacionais o governo federal cria obrigações de todo o tipo para os demais entes federados sem transferir recursos suficientes ou ampliar-lhes a competência tributária, essas obrigações variam do transporte escolar ao combate de epidemias. Srs. parlamentares, a submissão financeira curva-se à submissão política de estados e municípios ao governo federal.

É evidente, srs. deputados e sras. deputadas, os governadores e prefeitos não têm como contrapor-se às falsas bondades da União sem se indispor com suas próprias bases eleitorais. Quem em sã consciência se manifestaria contra o transporte escolar ou contra o incentivo às exportações ou contra o crescimento da economia? Além disso, cumpre ressaltar que a transferência de recursos federais submete-se a normas editadas

pelo próprio governo federal por meio dos programas dos diversos ministérios. Se quiserem o dinheiro, precisam seguir os ditames do governo federal.

Os estados e municípios têm que seguir as regras, tem que dançar conforme a música. Essa é mais uma das amarras que seguram os estados e municípios brasileiros. Deputado Fernando Coruja, cadê a autonomia federativa nesse processo?

Por isso, meu amigo deputado Fernando Coruja, v.exa. que é um especialista em leis, é um constitucionalista, depois vou conceder-lhe um aparte, porque esse será um tema certamente que deveremos debater num fórum criado por v.exa.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Eu agradeço o aparte, deputado Leonel Pavan. V.Exa. lembra bem, a Constituição de 1988 na sua competência material de quem é que vai fazer as coisas, deixou a competência comum, estados, municípios e União, que tem tirado o time de campo transferido toda a competência de fazer o material para estados e municípios. E o compartilhamento de receitas que a Constituição de 1988 partilhou bem foi brutalmente concentrando na sua mão através das contribuições, enfraquecendo o pacto, e v.exa. usa muito bem a terminologia, um pacto de descontentes, de enfraquecidos.

Então, parabênizo v.exa. e o nosso fórum, do qual v.exa. é o relator, vai certamente apresentar uma proposta de emenda constitucional aprovada nesta Assembleia Legislativa e depois por outras Assembleias, levar ao Congresso Nacional para que depois possamos sanar essa brutal desigualdade, em que estados e municípios são pobres, a União é rica e os estados e municípios têm que fazer tudo. Por isso, meus cumprimentos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Nobre deputado, Fernando Coruja, o fórum que tem a sua digital irá debater tantos e tantos assuntos, sendo que esse tema, certamente, vai fortalecer o nosso debate.

Sr. presidente, deputado Valmir Comin, meu tempo está se esgotando, então, peço para iniciar o horário dos Partidos Políticos, porque preciso de em torno de mais quatro ou cinco minutos, e o outro orador será prejudicado pelo tempo, porque às 15h irá começar o horário destinado aos Partidos Políticos, portanto, eu queria apenas terminar este pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O tema de v.exa. é muito importante porque é estrutural para o país, por isso, concedo os minutos que faltam para iniciar o horário dos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu agradeço a generosidade de v.exa.

Hoje em dia, o país está faminto por investimentos em educação, em saúde, em logística, em infraestrutura. No entanto, as receitas dos estados e municípios mal cobrem as despesas de custeio.

O caso dos estados é sobejamente conhecido, muitos têm problemas na prestação de serviços públicos e no pagamento de pessoal. Gostaria de me focar um pouco mais no caso dos municípios, cuja realidade frequentemente se desenvolve a margem dos holofotes públicos, apesar de dizer respeito a todos os brasileiros.

Nesse contexto, é comum que ocasionalmente venham os investimentos federais. Mas a dependência continua, porque os municípios não têm como sustentá-los, nem em curto prazo.

As obras de creches, de escolas, de Unidades de Pronto Atendimento são concluídas, mas ficam sem uso, porque não há recursos correntes para manter essas instalações.

E sobre quem recai a culpa? Recai sobre os prefeitos, é claro.

Sr. presidente, srs. deputados, quero chamar a atenção de todos e de todas que somos também cobrados aqui. Mas os prefeitos e o governador são muito mais cobrados, porque lutam para produzir, lutam para enriquecer as suas cidades e o seu estado, trazendo empresas, tentando gerar

empregos, construindo escolas, construindo creches, construindo postos de saúde.

Mas, infelizmente, as necessidades que são necessárias e que são dirigidas pelas comunidades muitas vezes não são concluídas e nem colocadas à disposição porque faltam recursos para mantê-las e atender a sua população. É preciso, sim, que o governo, que arrecada os impostos, não diminua os impostos, mas que os municípios e os estados tenham direito, e que diminua do Cofins, que é um imposto do governo federal, e proporcione aos estados e municípios o direito de legislar, de executar e atender os benefícios da sua população.

Esta é a minha contribuição. Espero poder ainda voltar a debater esse assunto com mais amplitude com todos os demais parlamentares.

Muito obrigado, presidente deputado Valmir Comin, por sua generosidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin)- Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham pela Rádio AleSC Digital e aos que nos acompanham aqui no Plenário.

Ontem estivemos reunidos com os deputados Aldo Schneider, Jean Kuhlmann na AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí -, ouvindo as demandas da região, que são muitas, na área do Meio Ambiente, Agricultura, Assistência Social, Saúde, enfim, questões ligadas à educação, defesa civil, segurança pública, resíduos sólidos e, em especial, de infraestrutura urbana.

E entre as demandas desses municípios naturalmente algumas são comuns aos 295 municípios, deputado Padre Pedro Baldissera, como por exemplo - e aí apelo a v.exa. que tem ligação direta a Presidenta Dilma Rousseff -, prorrogar o

prazo para a elaboração do plano municipal de mobilidade urbana, pelos municípios.

Esse prazo vence em abril, e boa parte dos municípios não estão conseguindo, até por falta de técnicos, concluir em tempo hábil. Isso vai vetar os recursos que poderiam vir de uma forma ou de outra aos municípios catarinenses.

Então, está aí uma boa proposta para o governo federal no sentido de dilatar esse tempo, prorrogando, quem sabe, até julho a elaboração e a entrega desses planos municipais de mobilidade urbana que são tão importantes para os municípios catarinenses.

Seremos porta voz, embaixadores destas reivindicações da AMMVI.

Comemoramos na semana passada o Centenário da Companhia Hemmer, deputado Manoel Mota, cujos produtos provavelmente todos os catarinenses já tenham experimentado. Uma pequena empresa nasceu na cidade de Blumenau e hoje conta com mais 350 funcionários que produzem 12 mil toneladas de alimento por ano com 300 itens na sua linha de produção, em especial, a beterraba e o pepino em conserva, que são conhecidos por todos os nossos catarinenses.

No ano passado a Companhia Hemmer faturou R\$ 175 milhões, um faturamento razoável para uma empresa na área de alimentos. Queremos parabenizar a empresa, pois numa época de tantas crises e tantos abortos de empresas com uma média de três, quatro ou cinco anos é uma felicidade para todos nós catarinenses poder parabenizar uma companhia como essa pelos seus cem de caminhada valorosa, que orgulha a todos nós catarinenses.

Sr. presidente e srs. deputados, preciso fazer um convite a todos, baseado em um vídeo e solicito à assessoria que o exhiba.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Este é apenas um dilema na África do Sul, mas que nos traz à reflexão da realidade brasileira e de Santa Catarina. É uma nova droga, o Nyaope, um coquetel de drogas, e o especial elemento é a maconha. E mais uma vez trago para debate nossa posição, nossa postura que tem sido sempre

entusiástica e determinada nesta tribuna, o porquê sermos contrários à legalização da maconha.

Entendemos que legalizar a maconha resultaria apenas no aumento do volume do consumo de outras substâncias nocivas à saúde, à vida, à família, enfim, os traficantes sempre encontrarão outra forma de negociar os seus produtos e, portanto, legalizar a maconha não causaria o desaparecimento das máfias de traficantes, porque elas continuariam a oferecer produtos mais baratos aos usuários.

Países que liberaram o consumo, como exemplo na Holanda, onde tive a oportunidade de conhecer o chamado Café das Drogas, não resolveram o problema, pelo contrário, o consumo causou a degradação urbana daquelas regiões.

É por tudo isso que estamos empenhados nessa caminhada. E ao ouvir essa reportagem, chamou a atenção a forma precária como a África do Sul ainda apresenta comunidades terapêuticas, deputado Neodi Saretta. Daí a importância da participação do governo federal através da Senad, e aqui do governo estadual através do Programa Reviver.

Eu quero nesta tarde, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, deixar um convite deputado Fernando Coruja, que faz parte da nossa comissão, pois recebemos esta manhã a confirmação da Fapesc, de que o sr. governador vai lançar a fase dois do Programa Reviver, na próxima terça-feira às 10h, provavelmente no auditório da Fapesc, está para confirmar o local, mas já está confirmado o horário.

Então, gostaria que os srs. deputados pudessem nos acompanhar na próxima terça-feira, dia 31 de março, às 10h, esse lançamento. Aliás, um bom dia, Dia da Revolução, 31 de março. Precisamos fazer uma revolução contra as drogas, com a presença do sr. governador e das comunidades, o Conen estará junto, as secretarias como da saúde, educação, segurança pública, da Assistência Social, mas em especial as nossas comunidades terapêuticas.

Deixo aqui o nosso convite àqueles que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc, às comunidades terapêuticas que já estão no programa, são 70, e

aquelas que querem ser incluídas no programa deverão apresentar o seu protocolo de intenção nesta terça-feira dia 31 de março, às 10h, para que a Fapesc possa fazer o devido credenciamento desse protocolo de intenção às comunidades terapêuticas, como disse, que queiram dar continuidade ao programa e serem inseridas para a fase dois do Programa Reviver.

Fica o convite aos srs. deputados e as sras. deputadas, para essa cerimônia especial do lançamento do Programa Reviver, fase dois.

Eram essas as nossas considerações, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. Deputado Padre Pedro Baldissera, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, até que o número sete me inspira pela perfeição e credibilidade. É o número da perfeição absoluta, Pois ele reúne duas realidades perfeitas: transcendental e a cósmica que, somadas, formam um número perfeitíssimo, que é o sete, o número da perfeição.

É inspirado exatamente nisto que eu trago presente a temática que envolve uma dessas realidades, que é a questão da água, elemento básico, fundamental, sem a qual a vida não se dá, não acontece.

No último dia 22 de março comemoramos o Dia Mundial da Água, e nada mais justo do que rapidamente aproveitar o horário do Partido dos Trabalhadores para trazer presente esta temática extremamente importante e fundamental no que diz respeito à vida. E nós sabemos que o governo federal em 2013 lançou o Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab -, que estabelece aqui as diretrizes, as metas e ações para os próximos 20 anos.

Então, período extremamente importante quando várias ações serão encaminhadas, tomadas, construídas no plano nacional numa parceria com os nossos estados, municípios, com a sociedade civil, enfim, com as famílias, com as pessoas que vivem o dia a dia a sua caminha, a sua história.

Este é o primeiro plano de saneamento do país construído por várias mãos. Por isso que fazemos questão de realçá-lo, pois foi construído de forma participativa, democrática e com vários entes fazendo parte desta elaboração e construção.

Os investimentos previstos para o desenvolvimento deste plano nacional estão na ordem de R\$ 508.400.000.000,00. Portanto, um recurso considerável que será investido nestes próximos 20 anos em ações que envolvem a preservação tanto dos rios, das águas e, ao mesmo tempo também, representa um saldo de qualidade no trato do saneamento básico e no destino correto do próprio lixo produzido essencialmente pelas pessoas.

O governo federal se encarrega na ordem de 59% do total desses recursos à incumbência do governo federal. O restante, 41%, vem de iniciativa privada, organismos internacionais, dos governos estaduais, municipais e também dos prestadores de serviços de saneamento para a realização deste plano.

Portanto, é uma ação conjunta e envolve também vários ministérios. Temos o ministério das Cidades, da Fazenda, a Casa Civil, da Saúde, do Planejamento, do Meio Ambiente, da Integração Nacional. Assim, é um conjunto de ministérios que estão juntos atuando para que haja, de fato, não só a viabilização, mas a concretização da realização deste plano nacional.

Claro que o plano prevê alcançar nestes 20 anos 99% da cobertura de abastecimento de água potável. Quer dizer, seria um salto extremamente positivo com a cobertura de quase 100%, tendo em vista que 100% no setor urbano será contemplado e 92% para o saneamento sanitário e desses 92%, 93% diz respeito à situação urbana do nosso país.

Portanto, estaremos executando este plano nacional na qualidade de vida extremamente acentuada, quando os próprios dados que se referem à questão da saúde, diz a Organização Mundial da Saúde, a cada real que é investido em saneamento básico, nós economizamos de quatro a cinco reais na saúde. Todo o dinheiro que é investido em saneamento básico reverter-se-á na qualidade de vida, maior dignidade. Nesse sentido, haverá uma saúde melhor para as pessoas que dela usufruírem diretamente ou indiretamente neste nosso país afora.

Portanto, sr. presidente, era esta referência que queria fazer hoje no horário destinado aos Partidos Políticos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Boa tarde, presidente!

Sras. deputadas, srs. deputados, trago aqui hoje na tribuna da Assembleia algo extremamente importante a respeito de tecnologia e informação, no convívio com as pessoas que acompanham os nossos trabalhos.

Nós estivemos analisando o meio que, por exemplo, os navegadores de *internet*, os internautas, entram para analisar os projetos de lei e todas as tratativas legais propostas por senadores e deputados. Lá, tem alguns dispositivos que, em minha opinião, seria interessante implementar também aqui, na Assembleia, uma maneira de fazer com que os nossos internautas interagissem de uma maneira positiva, e até propositiva, para que pudéssemos fazer um melhor juízo a respeito de algumas matérias.

Além de ter que se identificar, como já acontece hoje no portal da Alesc, e quanto a isso nós tivemos uma conversa com o Brian Venceslau

Michalski, aqui da Diretoria Legislativa, e nós evoluímos nessa nossa proposta. Ele já está, juntamente com sua equipe, desenvolvendo um trabalho que tornará muito mais transparente e convidativo para as pessoas poderem colocar suas opiniões e, também, automaticamente ver o resultado.

As pessoas vão votar no sentido de dizer se aprovam ou não determinada proposição, e já sairá pelo menos com essa nossa vontade de propor à Mesa Diretora. Já aparecerá em gráfico à disposição dos eleitores, das pessoas, enfim, que queiram navegar pelo portal da Assembleia Legislativa.

Acho isso extremamente importante para a transparência dos trabalhos aqui nesta Casa, e no sentido de promover, até, que pessoas de fora da Assembleia Legislativa possam contribuir com ideias, sugerindo proposições, ou seja, enriquecendo todas as matérias legais que nós somos os responsáveis por executar.

Da mesma maneira, cumprimento o deputado federal Mauro Mariani, o deputado do PMDB, que hoje assumem o Fórum Parlamentar Catarinense. Aqui na coluna do Paulo Alceu já diz que a prioridade será as rodovias, o término das BR-101, 280, 282 e 470. Enfim, preocupações crônicas nossas.

Cada vez que vamos as nossas bases ou mesmo fora da base eleitoral de maior ação, vemos problemas que vão agravando-se com o passar do tempo.

São rodovias mal conservadas que pelo calor, pelo excesso de chuva deterioram-se e, muitas vezes, tornando-se locais de acidentes. Isso em termos de conservação das nossas rodovias.

Agora, quando falamos em duplicação, em obras a coisa é brava. Nós temos obras na BR-280 em Jaraguá do Sul, no trevo de acesso a Schroeder, que não saem do lugar. Já temos denunciado essa situação há vários meses, ou seja, que o dinheiro acaba, não chegando de Brasília. E nós temos o dever de dizer que está acontecendo algo grave, pois as empreiteiras tem que terminar o trabalho. Para vocês terem uma ideia, um trajeto que antes

era feito em 15 minutos acaba sendo feito em 50 minutos.

Portanto, o que compete ao Fórum Parlamentar Catarinense, principalmente a quem assume, nosso amigo deputado federal Mauro Mariani, é uma coisa extremamente séria, um momento grave para o país de contenção de despesas. E nós acreditamos que isso é um sinal de que as contas não estão bem. Nós rogamos a esse parlamentar, nosso amigo, para que ele zele por essa rodovia tão importante, que é a BR-280, que vem de São Francisco até Porto União, trazendo progresso e desenvolvimento para a nossa região.

Eram essas as preocupações em termos de participação da comunidade nos processos legislativos da Alesc e também na questão do Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, com os desafios que o nosso amigo Mauro Mariani terá pela frente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Na verdade, tínhamos dividido o espaço do PMDB hoje com o colega Valdir Cobalchini, que é o presidente em exercício do nosso partido. A razão da escalação de hoje como oradores da bancada, do líder e do deputado que preside o partido, é a passagem, no dia de hoje, dos 49 anos de fundação do MDB no âmbito nacional. Ou seja, a razão é mais que justificada para estarmos na tribuna, pois o PMDB é o sucedâneo do MDB, partido que tem uma longa história em defesa da democracia no Brasil.

Hoje vivemos um período de estado de direito consolidado e alcançamos 30 anos desde o processo que resultou na redemocratização do país.

Embora o momento da nação seja conturbado, com muita insatisfação, com a alta dos preços nos supermercados e os escândalos que envolvem a corrupção na administração pública, há um respeito

institucional e órgãos públicos fortalecidos. O que foi construído com muito esforço pela sociedade, com a participação do PMDB.

Há quem não lembre por não ter vivenciado um período já um pouco distante, mas próximo quando se trata de história, do contexto em que foi criado o MDB.

Em 1964, com o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, assumiu o governo o general Castello Branco, que era considerado da ala moderada do Exército. Dos três maiores partidos existentes, UDN e PSD passaram à base de apoio do governo, ficando o PTB na oposição.

Depois de cassar lideranças como Miguel Arraes e Leonel Brizola, os militares decidiram com o Ato Institucional número dois pela extinção dos partidos existentes, permitindo a criação de novas agremiações desde que delas participassem um mínimo de 20 senadores e 120 deputados federais.

O grupo que fundaria o MDB reuniu-se pela primeira vez em dezembro de 1965. Entre suas lideranças, além de antigos petebistas, estavam alguns pessedistas ilustres, como Tancredo Neves, que sugeria a palavra movimento como a de abertura da nova sigla, e Ulysses Guimarães, que propunha a sigla ação democrática brasileira. Surgia o Modebras, depois substituído por MDB, cuja ata de fundação data de 24 de março de 1966.

Devo ser breve, pois o Cobalchini também vai dar o seu recado, mas é importante lembrar como se deu a evolução do nosso partido. Em 1966, na primeira eleição que disputou, contra a pressão de um governo militar, elegeu sete de 23 senadores. Em 1968 houve um nítido endurecimento do regime, com forte pressão contra opositores. E em 1970, em pleno período do Milagre Brasileiro, que era a sigla do *marketing* do governo militar, o MDB elegeu seis senadores e 87 deputados federais. Já em 1974, Ulysses e Barbosa Lima Sobrinho se apresentaram como anticandidatos num colégio eleitoral manobrado pelo regime militar e disputaram a presidência com o general Geisel, que venceu por 400 contra 76 votos num colégio eleitoral composto por senadores, deputados

federais e representantes das Assembleias Legislativas. Mas o MDB cresceu, conquistando 16 em 22 cadeiras no Senado, e 165 entre 364 vagas na Câmara dos Deputados.

Em 1977, Geisel chegou a fechar o Congresso, e para as eleições de 1978 criou a figura do senador biônico, eleitos indiretamente pelos parlamentos estaduais. O governo conseguiu fazer, nesse sistema, 21 em 22 senadores. No total, contando também os eleitos pelo voto direto, o MDB ficou com apenas nove de 36 vagas. Mas na Câmara dos Deputados deu um calor no pescoço dos governistas, fazendo uma bancada de 196 deputados contra 228 parlamentares situacionistas. Aquela foi a senha para o então presidente Figueiredo determinar o fim do bipartidarismo, que em janeiro de 1980 fez o MDB transforma-se em PMDB.

Ulysses liderou a nova sigla, mas sempre soube dividir espaços com outros grandes líderes, como Tancredo, Teotônio Vilela, Fernando Henrique, Itamar Franco, Pedro Simon, Franco Montoro, Saturnino Braga e Luiz Henrique, para citar alguns vultos de nossa política.

Nos anos 80, o PMDB comandou grandes mudanças. Foi decisivo no movimento das Diretas Já. Elegeu nove governadores em 1982 e em 1985 chegou ao governo com Tancredo Neves, ainda que pela via indireta, com uma vitória de 480 a 180 votos no colégio eleitoral.

Veio a Constituinte e o Brasil ganhou a Constituição Cidadã em 1988.

E Santa Catarina chegou ao governo com Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner. Abriu-se o caminho para governos posteriores com a marca do municipalismo, com Paulo Afonso, e do desenvolvimento descentralizado, com Luiz Henrique e Eduardo Pinho Moreira.

O MDB e depois o PMDB abrigou grandes lideranças e foi berço, inclusive, de outras siglas que vieram depois. Em seus quadros contou com nomes como Chico Libardoni, Walmor de Luca, Dirceu Carneiro, Nelson Wedekin, Edison Andrino, Jaison Barreto, Renato Vianna, Eugênio Doin Vieira, Lygia Doutel de Andrade, Evelásio Vieira,

Paulo Macarini, Neuto De Conto, Zuleika Lenzi e Dejandir Dalpasquale, para citar alguns dos que merecem o nosso reconhecimento.

Poderíamos citar muitos outros nomes, inclusive de deputados que fizeram a história do partido nesta Casa.

Verdade é que somos um partido forte, com mais de dois milhões e trezentos filiados, dos quais a décima parte está em Santa Catarina, onde temos o vice-governador, dois senadores da República, Dário Berger e Luiz Henrique da Silveira; seis deputados federais, onze deputados estaduais, 105 prefeitos, 71 vice-prefeitos e 871 vereadores.

Somos um partido com história de defesa do Brasil e dos Brasileiros, e assim continuaremos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital. Eu desejo tratar neste momento de um assunto da maior importância para Santa Catarina, principalmente para os deputados que atuam no litoral de Santa Catarina, sendo que o deputado Antônio Aguiar é do planalto, mas tem dado uma mãozinha, ou melhor, uma mãozona para os municípios do litoral catarinense, sobretudo o norte do estado.

Nós sabemos que foi criado um arcabouço jurídico de proteção ao meio ambiente em nosso país, a legislação mais complexa do mundo, prova disso é que nós temos decisão em primeira instância em uma linha; em segunda instância em outra linha; e em terceira instância numa outra direção. E muitas vezes todos sabemos que temos o dever de preservar o nosso meio ambiente, porque isso significa preservar a nossa vida. Mas, somos da tese do desenvolvimento sustentável, ou seja, o

homem precisa conviver de forma harmônica com a natureza, precisamos buscar o desenvolvimento.

Portanto, trago aqui o assunto que diz respeito a uma decisão de primeiro grau de um juiz da capital que definiu que toda área plana do litoral catarinense é área de restinga. Isso é uma tragédia, isso é um absurdo, porque a Fatma diante dessa decisão de primeiro grau não está liberando nenhum tipo de supressão de vegetação, de licenciamento para nenhum tipo de empreendimento no litoral de Santa Catarina.

Nós estamos perdendo milhões ou bilhões de investimentos em nosso estado no nosso litoral.

Ora, essa decisão de primeiro grau teve recurso da Fatma, e conseguimos uma liminar no Tribunal de Justiça, e há poucos dias lamentavelmente essa liminar foi cassada, estamos agora fazendo um recurso especial para a Fatma para o Superior Tribunal de Justiça.

Portanto, neste momento estamos com as mãos atadas, neste momento Santa Catarina não pode crescer, pois absurdamente toda a área plana do estado de Santa Catarina é considerada restinga.

Deputado Mario Marcondes, deputado Leonel Pavan e deputada Dirce Heiderscheidt, que representam a Grande Florianópolis, o que é restinga, deputado Dalmo Claro? Toda área plana é restinga? É claro que não. Isso é um absurdo!

Essa decisão de primeiro grau foi dada com base no voto de um ministro que extraiu o conteúdo de uma apresentação, de uma dissertação de um aluno de doutorado em Brasília. Muito bem!

Restinga é toda área de fixação das dunas, que fixa as dunas e de estabilização dos mangues. Isto é restinga. Deputado Dalmo Claro, v.exa. que tem a sua casa em Estaleirinho, o que é restinga lá? Restinga é aquela área que fixa as dunas e que estabiliza os mangues, as demais áreas com licenciamento ambiental e técnico, com planejamento, com reserva legal podemos e devemos autorizar os investimentos, como foi o caso da BMW. Com base nessa decisão judicial a BMW não poderia estar às margens da BR-101 no município de Araquari. Isto é um absurdo! Parece-me que a

comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Gean Loureiro, está tratando desse assunto. É uma lástima que o deputado Gean Loureiro neste momento esteja atendendo outra agenda, talvez daqui a pouco ele esteja neste Plenário, temos que tratar esse assunto com atenção, com urgência, porque o estado de Santa Catarina por uma decisão judicial descabida, no meu entendimento, com a falta de sensibilidade, está paralisado, está engessado para todo e qualquer investimento.

Portanto, deputado Leonel Pavan, não queremos fazer críticas destrutivas ou agressivas ao Poder Judiciário, mas muitas vezes o Poder Judiciário em alguns momentos não tem demonstrado sensibilidade. Este é um caso típico, não é possível que Santa Catarina não possa empreender em seu litoral, pois qualquer leigo sabe que restinga é claro, é específica, é científica, é aquela vegetação que estabiliza os mangues e que fixa as dunas e não toda a nossa vegetação.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Darci de Matos, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e quero dizer que estivemos em Brasília para ver a questão sobre os aeroportos regionais em Santa Catarina, e as licitações estão todas paradas por questão ambiental.

Então, temos que preservar o meio ambiente, temos que ter cuidado, mas é impossível paralisar um país, às vezes são obras importantes, obras necessárias que, com base nessas questões ambientais, às vezes, ficam paralisadas. Tem que haver rapidez, agilidade para essa liberação e bom senso na análise desses projetos. Muitas vezes onde já existe uma obra, a licença ambiental demora meses para ser concedida.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, v.exa. era vice-governador na época do governador Luiz Henrique da Silveira, e aprovamos nesta Casa o Código Ambiental, que foi gestado pelo Poder

Executivo juntamente com os técnicos, e provocamos um grande debate no Brasil.

E com razão. Por quê? Porque o Código Florestal não pode dar certo no Brasil. É descabido. Por que uma lei, deputado Antônio Aguiar, que vale para a Amazônia, que é um estado que tem outra característica de grandes propriedades, de fazendas, não pode dar certo aqui? Não pode ser racional para um estado como Santa Catarina, que é um estado de pequenas propriedades que são cortadas por riachos.

Portanto, esse debate tem que ser resgatado. Nós precisamos efetivamente adequar a legislação ambiental para que possamos proteger e, na outra ponta, desenvolver Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente estamos aqui com os prefeitos de Guaramirim, Garuva, e de uma vereadora de Garuva.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Saudamos os prefeitos e vereadores.

Sejam bem-vindos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PR.

Com a palavra o deputado Mario Marcondes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Sr. presidente, srs. deputados.

Boa-tarde, Santa Catarina!

Meu depoimento é para homenagear o município que há 33 anos me acolheu como filho desta terra, a querida São José, mais precisamente chamada São José da Terra Firme.

Então, gostaria de iniciar o meu pronunciamento falando um verso que compõe o Hino de São José.

(Passa a ler.)

"Aqui outrora chegou o imigrante que além dos mares deixou Portugal, e através do trabalho constante edificou nossa terra natal."

Com esse verso extraído do hino do município de São José presto minha homenagem a esta pujante terra que completou, no dia 19 de março, 265 anos de história. Terra esta que me acolheu e que eu carinhosamente escolhi para criar os meus filhos e edificar os meus sonhos.

São José da Terra Firme. Uma história que começou numa serena e clara madrugada do dia 26 de Outubro de 1750. Vale lembrar que o aniversário da cidade é comemorado no dia 19 de março em homenagem ao Santo Padroeiro São José.

Os 182 casais de açorianos aqui desembarcaram oriundos do arquipélago português e, juntamente com os índios que aqui residiam, e mais tarde com os negros e demais etnias, transformaram aquele pedaço de terra banhado pelo atlântico nesta grande cidade que progride a cada dia e conquista o seu espaço e faz a sua história.

Passear na praça Hercílio Luz, no centro histórico, é voltar no tempo, é recordar o passado, é viver o sonho já vivido. É matar a saudade presente em nossa mente, é reviver cada momento que já se foi, do que se fez, do que se viveu.

O tempo passou e a cidade cresceu em torno da praça, local que continua contando sua história através das fachadas desse belíssimo centro histórico, a exemplo do Teatro Adolfo Mello, construído em 1854 e até hoje, 164 anos depois ainda permanece em pé, sendo o mais antigo de Santa Catarina.

Junto com o teatro outra obra concebida em 1854 foi a Casa da Câmara e Cadeia, que hoje abriga a Casa da Cultura Municipal. É marco importante da transformação da vila em cidade no início do século passado, a lembrança viva de uma rica arquitetura que abrigou a história de uma sociedade que se transformou para acompanhar o ritmo da modernidade.

Culturalmente, São José se destaca por seu legado cultural açoriano, assinalado pelo folgado

do Boi de Mamão e, principalmente, pelas olarias, que foi a principal fonte de renda de muitos moradores da cidade. Foi através destas que São José, ao longo dos tempos alcançou destaque como Capital Nacional da Louça de Barro.

Projetos nesta área continuam acontecendo, a exemplo da Escola de Oleiros Joaquim de Medeiros, situada no bairro Ponta de Baixo e da Olaria Beiramar, situada na bela Avenida Beira-Mar de São José. Essas escolas, além de repassar aos alunos toda a arte dos mestres oleiros na confecção de objetos utilitários e figurativos, mantêm viva a tradição da arte/ofício desses profissionais.

São José, atualmente, possui 113km², porém a sua grandeza não está na extensão territorial e sim na garra e na coragem dos seus 220 habitantes. Hoje o município é um importante centro de comércio que contribui significativamente para o crescimento de nosso estado e do Brasil.

A cidade está em quinto lugar no *ranking* da economia dos municípios de Santa Catarina, graças principalmente a área industrial, no bairro Fazenda Santo Antônio. Há também outras indústrias em outros pontos, principalmente em torno da BR-101, e polos industriais menores em Forquilhas e no Sertão do Maruim. Outro fator para o aquecimento da economia municipal é o comércio de São José que se encontra em constante processo de expansão.

Na área educacional é importante destacar em especial o ensino superior no município. Projeto criado em 2005, o Centro Universitário Municipal de São José (USJ), é mantido pela Fundação Educacional de São José, e é a primeira universidade municipal pública do Brasil, oferecendo quatro cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Ciências da Religião e Pedagogia; e um curso de pós-graduação *lato sensu* de Gestão em Defesa Civil.

O centro universitário conta com um quadro discente de mais de 900 acadêmicos e com um corpo docente de 93 professores, dentre os quais, 70% são doutores.

A USJ foi a única instituição de ensino superior catarinense que conquistou nota máxima no Índice Geral de Cursos (IGC) em 2009, do Ministério da Educação, que avalia a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação e cursos superiores de tecnologia.

Com um olhar para as questões ambientais, o município desenvolve projetos em duas unidades educacionais que servem de referência para o Brasil. Uma situada no Parque dos Sabiás, que possui em suas dependências a Escola do Meio Ambiente e um horto florestal. A outra, intitulada Escola do Mar, desenvolve atividades de conscientização ambiental voltadas para as questões marítimas. Ambas atendem alunos tanto da rede particular quanto das redes públicas.

São José da Terra Firme, cidade de gente simples, trabalhadora, calorosa e receptiva, que vive em meio a uma economia crescente valorizando os recursos naturais e ensinando seus filhos a manter viva a chama da tradição da cultura na base açoriana.

Cidade que recebe todos de braços abertos adotando pessoas de pontos mais distantes do estado e do Brasil como filhos.

A sua história é um exemplo de fé na inteligência de um povo febril pelo trabalho eficaz. São José, também ajuda a construir o nosso Brasil!

Parabéns, São José, pelos seus 265 anos de trabalho, desenvolvimento e história!

Também gostaria, sr. presidente, de aproveitar a oportunidade para dizer que fui agraciado no dia 19 com o título de cidadão josefense, que me orgulha, que me dá carinho, minha base eleitoral. É lá que tenho os meus amigos, meus grandes amigos de luta profissional e de luta política.

Então, quero agradecer a Câmara de Vereadores de São José, aos vereadores e, principalmente, ao povo de São José por essa Comenda de Honraria que me foi concedida no dia 19 de março.

Sr. presidente, gostaria de passar um vídeo, não mais de dois minutos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Mario Marcondes, fomos generosos com v.exa., somos democráticos e sabemos reconhecer a importância de cada pronunciamento.

O seu pronunciamento foi importante, por isso, lhe concedemos alguns minutos a mais.

Queria anunciar aqui a presença do prefeito Juliano Duarte Campos, de Governador Celso Ramos, este jovem que está fazendo um grande governo naquela cidade.

Nossos cumprimentos, prefeito, pela presença em nossa Casa.

Esta Presidência, neste momento, suspende a presente sessão por cinco minutos para iniciarmos a Ordem do Dia. Gostaria de solicitar aos srs. deputados que compareçam ao Plenário para que possamos debater os vetos que foram encaminhados pelo governo do estado.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Antes de adentrarmos à votação propriamente dita dos vetos, gostaria de fazer um esclarecimento a todas as sras. deputadas e aos srs. deputados com relação à votação que ocorrerá no painel.

Desde a última sessão que tivemos com votação de matérias estamos fazendo um trabalho no sentido de aprimorar e aperfeiçoar o nosso painel e garantir a neutralidade de nossos votos, dos votos dos senhores deputados e das sras. deputadas, mas em contrapartida, temos que saber quem votou e quem não votou.

Então, hoje os vetos vão ser procedidos pelo painel, vai aparecer a nominata dos 40 deputados estaduais, a primeira tela, onde estará escrito: votou. Às vezes, ocorre de o deputado estar em plenário e não ter votado, mas aí cabe solicitarmos que o deputado exerça o seu direito de voto.

Depois de procedida a votação, vamos abrir o painel para demonstrar como foi a votação, quais foram os deputados que votaram sim, quais foram os deputados que votaram não e, por último, nós vamos colher o resultado.

Então, toda aquela demanda que surgiu aqui na última sessão, ou pelo menos, uma boa parte daquela, já foi deferida pela Presidência e já estamos hoje colocando aqui em votação no Plenário.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Recentemente levantei a questão de que o governo do estado devolveu R\$ 750 milhões para o governo federal, por deixarem passar o prazo para investimentos em cidades com menos de dez mil habitantes para a construção de bibliotecas públicas. Naquele dia fiz um pedido de informação e o deputado Mario Marcondes nos disse que estávamos equivocados. Realmente eu estava equivocado, porque não foi só uma vez que passou o prazo, foi quatro vezes no governo Colombo, uma foi recentemente. E o ministério da Cultura mandou todos os documentos. O governo, inclusive, pediu para prorrogar mais uma vez e o ministério não prorrogou mais porque não foi só uma vez, foram quatro vezes.

Então, quero deixar claro que eu não estava equivocado. Então, apenas para deixar registrado nos Anais desta Casa, através da Taquigrafia. Então, não estava equivocado, equivocada estava a secretaria de Turismo e Cultura.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Quero cumprimentar os agentes de trânsito e dar parabéns pela luta.

Sr. Presidente, quero pedir a retirada da Mensagem ao Veto n. 021/2015, referente ao Projeto de Lei n. 0174, de autoria da ex-deputada Angela Albino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - V.Exa. está solicitando a retirada de pauta?

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sim, é a retirada de pauta.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Quero cumprimentar o vereador Ronaldo da Silva, de Lauro Müller do PP, e também o Luiz Carlos Penha e Filho, o Cuquinha, de Gaspar, que também acompanham os agentes de trânsito. Quero cumprimentar, então, de maneira especial, esses dois representantes do Partido Progressista, que se encontram hoje aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Da mesma forma gostaria de cumprimentar todos os agentes de trânsito que estão aqui na Casa do Povo de Santa Catarina, bem como os nossos vereadores. Sejam bem-vindos aqui na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Peço a retirada de pauta da Mensagem n. 0016/2015, que dispõe veto ao Projeto de Lei Complementar n. 0026/2014 que trata da educação física escolar catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Está acatada a sua solicitação.

Srs. deputados, foi esclarecida a forma com que estaremos procedendo à votação.

A Mensagem n. 0016/2015 e a Mensagem n. 0021/2015 foram retiradas da pauta por solicitação do deputado Antônio Aguiar e do deputado Cesar Valduga.

Passo a condução dos trabalhos ao deputado Gelson Merisio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0022/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0073/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider, que trata do serviço voluntário no âmbito do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Qual foi o meu intuito com esse projeto? Existem muitos catarinenses que trabalham de forma voluntária, sem o reconhecimento do poder público. Entendo que esse veto por parte da secretaria da Casa Civil ou mesmo da Procuradoria-Geral do Estado está um tanto quanto equivocado, até porque se está prestando um serviço voluntário à sociedade catarinense sem custo nenhum para o erário público, no máximo o que será feito é uma campanha publicitária dizendo da importância de cada cidadão fazer alguma coisa pela sua comunidade, seja uma atividade escolar, esportiva, social ou religiosa.

Então, como essa questão do voluntariado em Santa Catarina foi vetada pelo governo, gostaria de pedir aos meus pares pela derrubada do veto, até porque entendemos que não há nenhuma interferência junto ao poder central e ao erário público.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Darci de Matos, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, estou neste momento procurando cumprir a árdua missão do deputado Silvio Dreveck, que está numa outra agenda. Como sempre o deputado Aldo Schneider tem sido autor de projetos de fundamental importância para Santa Catarina e esse projeto que trata do voluntariado é importante, mas o governo, numa análise jurídica, entende que há uma clara invasão de competência do Poder Executivo, mais do que isso constitui afronta ao princípio da independência dos poderes. Portanto, a recomendação do governo, apesar do projeto ter méritos, é pela manutenção do veto.

O Sr. Deputado Valdir Colbachini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valdir Colbachini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLBACHINI - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença, nesta Casa, do presidente da Câmara de Vereadores do município de São Lourenço do Oeste, vereador Edu Antônio Borges; também dos vereadores Augustinho Assis Menegatti, Edilso Razan, Marlice Villani Perazoli, Adilson Sperança, Dasio Miguel Franz e Vânia Antonia Garbin Baldissera, que vieram aqui tratar de assuntos de interesses do município e da segurança pública de São Lourenço do Oeste.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, tenho a honra de registrar a presença do prefeito municipal de Araranguá, sr. Sandro Maciel, acompanhado do presidente da Câmara de Vereadores do referido município. Eles vieram prestigiar o

Parlamento, mas a serviço do município. Sejam bem-vindos e que fique registrado nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria aproveitar a ocasião para cumprimentar o prefeito de São João Batista, jovem entusiasta que está nesta Casa acompanhando os trabalhos desta tarde.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, estamos votando aqui um veto total a um projeto de lei do deputado Aldo Schneider que disciplina a questão do trabalho voluntário em Santa Catarina, em função de uma lei federal que assim o prevê.

O projeto foi vetado pelo sr. governador e a argumentação do veto é singela. Aqui diz, basicamente, que o Supremo Tribunal Federal decidiu que segunda a carta República incube ao chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da administração pública, alínea "e" do parágrafo primeiro do art. 61 da Constituição. Evidentemente, que o referido artigo diz lá que compete privativamente a iniciativa da presidente da República, que tem que ser reproduzida nos estados e municípios, aquilo que diz respeito a funcionamento de órgãos do Poder Executivo.

Aqui, entretanto, é pelo menos complexa a questão, é um serviço voluntário, não está dizendo que o órgão tem que contratar ou não, está

disciplinando a questão. E o que eu vejo é que os vetos do Poder Executivo, eu que estou começando aqui no Parlamento catarinense, mas eles são muito singelos na argumentação, são colocações como simplesmente não pode, mas não há uma análise mais detalhada do porque vetar. Eu acho que ninguém nesta Casa quer votar projeto inconstitucional, votar contra a favor do governo por questões outras que não seja a Constituição, porque esse é o nosso...

Parece-me que às vezes o Executivo veta um projeto de uma forma muito simplista. Nesse caso aqui resta, pelo menos, uma forte razão o benefício da dúvida e eu voto para derrubar o veto, porque não me parece que neste caso específico aqui seja um caso de veto e se fosse era preciso uma argumentação mais sólida para dizer que isso aqui vai interferir nos órgãos, realmente que não me parece que é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Aviso aos srs. deputados que depois de encerrada a votação não será mais permitido alteração de voto. Então, depois de encerrada a votação não será mais permitida a mudança no voto, até que haja a uniformização do sistema, que ainda conta com essa fragilidade. Nas votações de Lei Complementar com a possibilidade de empate, na função de presidente, na segunda etapa, eu votarei.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIM	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos seis votos "sim" e 25 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0023/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0242/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o pagamento do valor de meia-entrada ao músico catarinense inscrito na Ordem dos Músicos do Brasil (OMB).

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, este projeto como tantos outros que tramitam nesta Casa, no meu entendimento, tem mérito, mas a fundamentação legal é abstrata, e aí eu faço referência ao que o deputado Fernando Coruja já falou: "o direito é abstrato e as decisões são relativas." Prova disso, deputado Fernando Coruja, que o Bernardo Cabral foi relator da Constituição e, ato contínuo, ministro da Justiça do governo Fernando Collor, e teve algumas atitudes que foram consideradas inconstitucionais.

Então, tudo é muito relativo, mas vou transformar o meu projeto de lei em Indicação para que o Poder Executivo tome providências devidas. Portanto, mantenho como vice-líder, nesta árdua posição, a manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, este é mais um veto pela inconstitucionalidade. O eminente deputado Darci de Matos deseja que os músicos paguem meia-entrada em eventos culturais e desportivos. Tem a questão do mérito e aí cada um tem o seu posicionamento.

O estado veta argumentando que é inconstitucional, aqui não por vício formal de iniciativa de proposição. Mas argumenta que afrontaria materialmente ao chamado direito à livre iniciativa e ao direito de propriedade, entendendo que não é possível dar meia-entrada ou pagar metade.

A decisão é apenas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, não é uma decisão do Superior

Tribunal Federal, também não me parece adequado, tem várias outras coisas, outros eventos que se paga meia-entrada, é não porque vai disciplinar, porque foram votadas no Congresso Nacional várias coisas.

Então, eu neste caso específico acho também que há pelo menos uma dúvida razoável com relação à inconstitucionalidade, parece-me ter em nenhum instante sido decidido pelo Superior Tribunal Federal. Será possível que não possamos ter pessoas que possam pagar meia-entrada e pode ser qualquer categoria. Não estou falando do mérito, porque o mérito podemos até discutir, de repente quando alguém vai pagar meia-entrada vai haver outras pessoas que vão pagar mais, e aí será outra questão. Agora, estamos é discutindo o veto pela questão da inconstitucionalidade. Então o deputado Darci de Matos concordou com o governo. E eu não concordo, mas vou ajudar o deputado Darci de Matos e votar não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIM	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 27 votos "sim" e três votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0026/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0004/2012, de autoria do deputado Dado Cherem, que acrescenta o §3º ao art. n. 24 da Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Eu quero apenas reforçar os argumentos do veto do Executivo estadual a essa matéria.

É uma matéria que já tramitou nesta Casa há muitos anos. O ex-secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Paulo Bornhausen, já tinha colocado um posicionamento claramente, porque ele vem de encontro aos interesses do estímulo à criação das fundações municipais que, quando criadas, de acordo com a resolução do Consema, permitem que até 150 atividades sejam licenciadas por elas e fiscalizadas. Ou seja, elas já criam uma receita com esse tipo de procedimento. E hoje um orçamento vinculado à secretaria de Desenvolvimento Sustentável, especialmente ao Fundo Estadual de Proteção ao Meio Ambiente, que financia as prefeituras e entrarem com o projeto que está no bojo do orçamento da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, torna inviável o tipo de funcionamento.

A bancada do PMDB se reuniu, inclusive hoje conversamos com o deputado Carlos Chiodini e nos apresentou argumentos.

Então, venho aqui reforçar tecnicamente o posicionamento de poder manter o veto a essa matéria apreciada por esta Assembleia Legislativa.

O Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - A bancada do PMDB vota um, sr. presidente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Todos sabem que o Parlamento não tem a prerrogativa de destinar receitas vinculadas a outros entes. E

esse projeto tem mérito, mas não tem fundamento legal. Aí recomendamos a manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Os deputados que votarem "sim" mantêm o veto, e os deputados que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIM	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim" e oito votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0028/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0317/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a isenção ao hipossuficiente do pagamento de exame toxicológico em concursos públicos, realizados no estado de Santa Catarina, que o exigirem.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, vou abster-me desta votação, já que o então governador Esperidião Amin fez uma Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2177. Apenas para justificar o meu voto e abster-me desta votação.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Os deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os deputados que votarem "não", rejeitam-no.

O meu voto será pela derrubada do veto. Apenas para deixar bem claro, porque concordo absolutamente com os termos do deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o projeto é meritório como praticamente todos, mas de forma flagrante caracteriza renúncia de receita. Portanto é inconstitucional. Recomendamos a manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Mas legítimo, deputado.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, esse projeto é claramente constitucional. O art. 63 da Constituição diz, no seu inciso I, que o deputado só não pode apresentar emenda ao projeto que seja de iniciativa privativa do Executivo. Não é o caso. É uma isenção de taxa para um hipossuficiente para fazer um concurso. Está cheio de projeto no Brasil feito nessa ordem.

Ora, a argumentação que coloca o governo é de que pode haver um desequilíbrio nas finanças. O fundo da Lei de Responsabilidade Fiscal não entra na questão da iniciativa que desequilibra o valor. Que equilíbrio vai ter para que o hipossuficiente não pague...

Há várias leis disciplinando essa questão, e não é o caso. E se nesse caso nós abrirmos mão de votos dessa ordem não poderemos votar nada aqui!

Quer dizer, essa é uma isenção de taxa de um hipossuficiente para fazer um concurso para alguma coisa. Bom, já está cheio de taxas de isenção para outras coisas.

Eu acho que nesse caso claramente não é inconstitucional. Eu voto "não", pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIM	abst
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 22 votos "não" e seis votos "sim".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0030/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0151/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, que trata da obrigatoriedade da publicação dos nomes completos, cidade e origem, linha, horário de embarque, destino dos passageiros com direito a gratuidade ou isentos, em 50% do valor da passagem de transporte coletivo.

Se houver concordância dos srs. líderes gostaria de retirar de pauta este projeto, uma vez que trata-se de uma matéria de certa abrangência, e não foi suficientemente discutida, mas se houver concordância dos srs. líderes.

O Sr. deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, qualquer leigo sabe que compete à União legislar sobre trânsito e transporte. Portanto, proponho que o projeto seja votado, que seja mantido o veto, porque o projeto é totalmente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim" e sete votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0031/2015, que dispõe sobre veto total do Projeto de Lei n. 0088/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre cassação de eficácia da inscrição no Cadastro de Contribuintes

do imposto (ICMS), dos estabelecimentos que produzam ou comercializem produtos em cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como forçado ou análogo à escravidão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, como autor da matéria o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, entendo que precisamos dar condições para quem não tem, e dar voz a quem não tem. Então, esse projeto, na minha concepção, é importante e peço a todos que votem dois, pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tive o prazer de ser delegado do ministério do Trabalho e temos o Rodrigo Minotto que também foi delegado, então, sabemos que é privativo da União legislar sobre relações de trabalho. O projeto tem boa intenção, mas é inconstitucional.

Recomendamos a manutenção do veto.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação o sr. deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, também encaminho pela manutenção do

veto do governador. Até entendo o interesse e a vontade do deputado Manoel Mota nesta questão, mas temos que verificar várias situações nas quais empresas são inseridas no cadastro análogo ao escravo tem o seu direito da ampla defesa e do contraditório.

Então, há todo um processo de forma administrativa que depois poderá tornar-se judicial para exclusão dessas empresas e instituições no cadastro. Então, o voto do PDT é pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não

DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 19 votos "sim" e 12 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0035/2015, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei 0418/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar, que institui a campanha Ciclista Protegido, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, não tem nada de inconstitucional num programa de ciclista. Vamos ajudar os ciclistas. Vamos votar "não", pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o deputado Antônio Aguiar tem razão em parte. O projeto de conscientização dos ciclistas é um projeto com mérito e fundamento legal, o que o governador veta são os arts. 2º, 3º e 5º que define obrigações, por exemplo, de comerciantes a aplicarem multas.

Então, esses artigos eles são inconstitucionais.

Portanto, o importante deputado é que a essência do projeto foi mantida e a campanha de conscientização dos ciclistas certamente será realizada pelo governo do estado.

Encaminho pela manutenção do veto parcial, voto "1".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIM	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Esta encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 11 votos "sim", 19 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0065/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0494/2011, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que estabelece a obrigatoriedade de realização do exame de oximetria de pulso em todos os recém-nascidos.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, não tenho na minha relação aqui esse veto. Esse veto está em pauta ou é extrapauta?

V.Exa., por gentileza, explicar a essência do projeto e do veto, sr. presidente.

Sr. presidente, seria possível v.exa. retirar de pauta, para que pudéssemos analisar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A bancada do PSDB não concorda. Está mantido na pauta. O deputado Marcos Vieira levanta uma questão pertinente que já está em votação, deputado Darci de Matos.

Por isso, para que não haja prejuízo em outras matérias, vamos manter a votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, v.exa. poderia ler a justificativa do veto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Passa a ler.)

"[...]

A Constituição Federal no artigo 196 preceitua que a saúde é direito de todos e dever do Estado e no artigo 199 preceitua que a saúde é livre à iniciativa privada. O Estado pode impor a obrigatoriedade da realização do teste do pezinho nos hospitais públicos e privados, obrigação já existente na legislação federal e na legislação estadual, mas não pode impor a gratuidade.

[...]

4. Ademais, o exame de oximetria de pulso já é obrigatório como parte da triagem neonatal no SUS, em observância à Portaria nº20, de 10 de junho de 2014[...]"

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, sr. presidente, a justificativa é autoexplicativa. Portanto, encaminho pela manutenção do veto.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Oximetria é um exame simplíssimo que consiste em colocar

oxímetro no dedo, é feito de rotina, não custa nada e está na portaria.

Agora, isso não justifica, no meu entendimento, a ideia de um veto porque legislar sobre saúde está no art. 24 da Constituição, é legislação concorrente, ou seja, a União, o estado e os municípios podem legislar.

Não é de iniciativa privativa do presidente nem do governador legislar sobre saúde, nós podemos legislar sobre saúde, podemos apresentar alguma coisa, não é prerrogativa.

A ideia de que vai custar dinheiro não vale, porque diz o art. 63, inciso I, que só não podemos aumentar despesa quando o projeto for de iniciativa privativa do presidente, do governador. Está no art. 61.

Então, não me parece que seja incondicional fazer esse tipo de exigência. No mérito, acho que não é nem adequado, porque isso é uma coisa que já é feita, não há necessidade de ter uma lei para disciplinar isso.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero me somar às palavras do deputado Fernando Coruja e dizer que realmente este é o tipo de projeto de lei que, primeiro, não tem qualquer vício de origem, não há qualquer vício de inconstitucionalidade, tanto na sua elaboração, quanto na sua tramitação; segundo, como disse o deputado Fernando Coruja, a própria Constituição Federal dá o direito ao deputado de também legislar concorrentemente ao estado nesta matéria. E mesmo que tenha aumento de despesa não é competência privativa do Poder Executivo, razão pela qual e por ser pertinente, não vejo por que não votarmos pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIM	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIM	não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos seis votos "sim" e 22 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 0071/2015, que dispõe do veto total ao Projeto n. 0541/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei n. 13.918, de 2006, que institui a Campanha de Controle Populacional de Cães e Gatos no estado de Santa Catarina, acompanhada de ações educativas sobre a propriedade responsável de animais.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, se houver possibilidade solicito a retirada deste veto para que eu possa solicitar a minha equipe jurídica um estudo mais aprofundado da parte constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Acatado, sr. líder.

Discussão e votação da Mensagem n. 0072/2015, que dispõe veto total ao Projeto n. 0194/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a doação de um imóvel de propriedade do estado, no município de Campos Novos, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, recebi a recomendação do eminente líder do governo que estamos autorizados, se assim desejarmos, derrubar o veto, porque esse veto trata de uma doação de um imóvel direto do Tribunal de Justiça para o município de Campos Novos.

O governo vetou entendendo que a prerrogativa de doação de imóvel deveria ser do estado, mas os poderes têm praticado essa realidade de transferência de imóvel para outros entes.

Portanto, todos estão liberados para a votação do veto.

O Sr. Deputado Marcos Viera - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, este também é o tipo de projeto de lei que denomino excesso de zelo.

O projeto de lei tramitou nesta Casa no período eleitoral. Deu entrada, é verdade, antes do início do processo eleitoral, e a sua tramitação ocorreu no período eleitoral.

Mas, infelizmente, o Poder Executivo, a Diretoria Legislativa da Casa Civil, entendem que a alienação, a cessão, ou a venda de qualquer terreno não deve tramitar nesta Casa no período eleitoral. O que para mim é excesso de zelo, principalmente quando a cessão de uso ou a doação é entre poderes, entre entes públicos. E, na verdade, trata-se de uma transação do Poder Judiciário com Campos Novos, e, se não me falha a memória, também na Comarca de São Lourenço do Oeste com o Tribunal de Justiça.

Portanto, sr. presidente, é excesso de zelo, não vejo qualquer possibilidade de não derrubarmos esse veto, até porque se formos ver, à luz da lei, não vejo porque não ter tramitado esse projeto de

lei. Como tramitou, aprovamos, só que houve o veto, mas pode ser rejeitado sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIM	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

não

DEPUTADO VALMIR COMIN

sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 24 votos "não" e quatro votos "sim".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0004/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Paulo Tallmann, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0011/2015, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação Rural e Agropecuária de Correia Pinto, com sede no município de Correia Pinto.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0054/2014, de autoria do

deputado Neodi Saretta, que torna obrigatória a inserção de protocolos referentes a reclamações, solicitações de serviços e de informações nas faturas de água, luz e telefone, no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência também comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0141/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0142/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; 0144/2015, de autoria do deputado Ricardo Guidi; 0145/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0146/2015 e 0147/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0148/2015, 0149/2015, 0150/2015, 0151/2015 e 0152/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0149/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0150/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0151/2015, de autoria do deputado Dalmo Claro; e 0152/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes proposições:

Moção n. 0028/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, a ser enviada ao secretário de estado da Infraestrutura, apelando por urgência na tramitação do licenciamento pelo Ibama, a fim de viabilizar a retomada das obras na Rodovia SC-290, no município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0063/2015, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações acerca de procedimentos relativos ao seguro DPVAT.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Pedido de Informação n. 0064/2015, de autoria do sr. deputado Luiz Fernando Vampiro, a ser enviado ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca do projeto de pavimentação da Rodovia SC-437, no trecho que liga os municípios de Imaruí e Pescaria Brava.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de falar sobre dois assuntos. O primeiro diz respeito a um empreendimento que está sendo propagado há alguns anos para ser implantado na minha cidade, Lages, na região serrana, que diz respeito à fábrica de caminhões chinesa chamada Sinotruk.

Há algum tempo aventa-se a possibilidade dessa empresa implantar-se na cidade, um terreno foi adquirido, mas a prefeitura municipal precisa fazer a terraplanagem.

Bom, há uma expectativa grande da implantação da fábrica, pois qualquer região almeja ter uma fábrica de automóvel, de caminhões que possa impulsionar a economia da região. Entretanto, existem muitas dúvidas relacionadas à implantação ou não da referida fábrica, porque já faz alguns anos e não há nenhuma questão. O que há é um número grande de conversas mal compreendidas, ora imputando-se a um fato; ora a outro.

Então, como deputado da região, representando a serra catarinense, aqui nesta Casa, apresentei um pedido de informação ao governo dirigido ao secretário Carlos Chiodini, e um requerimento, já que não posso fazer um pedido de informação, ao presidente da SCPar, que é da nossa cidade, Paulo Cesar da Costa. Estamos aguardando as informações. O que aconteceu? Hoje recebemos a notícia de que se deslocam para a China o eminente presidente da SCPar, Paulo Cesar da Costa; com o deputado Gabriel Ribeiro, da nossa região.

Lembrava-me, então, de um ditado da física quântica, que evoluiu por três paradigmas clássicos, utilizados por um cientista, um epistemólogo, Thomas Kuhn, que definiu o conceito de paradigma.

Primeiro teve a física newtoniana, que é a física da velocidade, da aceleração, da força, da massa, da ação e da reação, que depois cedeu lugar à física einsteiniana, que a física da relatividade, que permitiu que pudéssemos ir à lua, ou fazer cálculos mais expressivos relacionados à física das altas distâncias. E surgiu um terceiro paradigma na física, que é o da física quântica, que é o das pequenas partículas, que elas se movem aleatoriamente. Imaginem se todas as partículas aqui da Assembleia decidissem mudar para um lado, de repente esta Casa sumiria. São milhões de partículas.

Então, para essa tese da física quântica, diz-se que, se uma borboleta bater as asas na China,

de repente, pode haver um terremoto no Brasil. Aqui aconteceu o contrário, com o fenômeno da física quântica. Eu apresentei um pedido de informação para saber o que estava acontecendo, o projeto bateu as asas aqui e o pessoal foi provocar um terremoto na China. Estão viajando hoje para ver se essa fábrica vem ou não vem, porque eu sinceramente pelo que ouço lá, entendo que é preciso esclarecer, pois o município não pode despender um dinheiro enorme para fazer a terraplanagem e depois a empresa desistir de vir. E ainda coloca-se a argumentação, que não me parece verdadeira, de que a empresa não vem instalar-se aqui tendo em vista os tumultos que teve lá em Lages envolvendo o afastamento do prefeito Elizeu Mattos, certa instabilidade que tem lá.

Estão viajando hoje à noite o eminente deputado Gabriel Ribeiro e o presidente da SCPar para ver o que está acontecendo. Espero que eles tragam notícias boas para cá.

O segundo assunto que quero comentar diz respeito à questão da aplicação de recursos em saúde pública. No dia 17 foi promulgada a Emenda Constitucional n. 86 que trata do orçamento impositivo, e deve ser proposta aqui uma PEC para que esse orçamento impositivo das emendas parlamentares também aconteça em Santa Catarina.

Nessa proposta foi alterado o art. 198 da Constituição, que prevê a aplicação de 15% da receita líquida da União em saúde. A primeira vista isso parece ser excelente porque se fala em 10%, porém são 10% relativos à receita bruta, mas esses 15% da receita líquida demonstram que a União vai diminuir o seu investimento em saúde. Além disso, fez-se mais uma malandragem porque no orçamento impositivo as emendas parlamentares passam a ser obrigatórias, mas 50% das emendas parlamentares têm que ser aplicadas na área da saúde. Mas isso é descontado daquilo que a União já aplicaria. Então, você troca seis por meia dúzia e cria um problema com relação ao que a União deveria aplicar.

Estamo-nos debruçando sobre o assunto. Vamos analisar melhor os números porque dentro da proposta que vamos fazer de alteração do pacto federativo, queremos apresentar uma emenda envolvendo a saúde e queremos ter convicção do número da proposta que vamos apresentar. Há uma chiadeira por parte da Saúde do Brasil, que em tese deveria ficar contente com os 15%, mas se está percebendo que talvez tenha havido um certo ludibriamento do setor.

Então, vamos avaliar a questão com mais clareza porque queremos apresentar uma proposta a partir de Santa Catarina realmente para ampliar os recursos da saúde. E estamos estudando com os companheiros do PMDB de Santa Catarina uma proposta para ampliar os recursos do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISA DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. Deputado, quero fazer o registro de que hoje estamos recebendo a visita dos acadêmicos do curso de Direito da UFSC, especialmente os calouros que iniciaram o primeiro semestre de 2015, convidados pelo Caxif - Centro Acadêmico XI de Fevereiro da universidade. Está aqui presente o Luiz Fernando Alves e outros membros da diretoria.

Faço o registro de que esta Casa está sempre aberta para recebê-los. Este deputado, como advogado e formado pela UFSC, fico muito orgulhoso de poder observar que o centro acadêmico está fazendo essa relação com os Poderes e apresentando para a sociedade os novos estudantes. Sejam bem-vindos!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o sr. deputado Mário Marcondes.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Quero cumprimentar os acadêmicos presentes. É importante essa participação para perceber como os poderes

funcionam. Tenho um filho que cursa também Direito e já esteve aqui também.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Da mesma forma, quero cumprimentar todos os alunos, sejam bem-vindos a este Poder Legislativo, a Casa do Povo Catarinense. E como advogado que sou é muito importante a presença de vocês aqui, aprendendo um pouquinho sobre o funcionamento do desta Casa, sendo que o deputado Gean Loureiro deu todas as explicações sobre a rotina deste Poder, até por ser parlamentar de longa data.

Também gostaria de registrar aqui a presença do major Márcio, nosso adjunto da Defesa Civil, que está fazendo um brilhante trabalho no referido órgão do estado de Santa Catarina.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, estimados visitantes que acompanham esta sessão, estudantes de Direito, visitantes que estão aqui, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital.

Antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, de forma especial, queria fazer um comentário, que inclusive já foi feito pelo deputado Fernando Coruja, sobre os recursos para a saúde. E quero dizer que essa tem sido a nossa luta aqui, nos últimos anos, entendo que as esferas de governo, de forma especial, a União e os estados, devem aplicar mais recursos de seus orçamentos nesta área. Aliás, saúde e educação são as duas grandes prioridades, tem inclusive emenda constitucional tramitando nesta Casa elevando o percentual destinado à educação, e creio que a saúde precisa mais que os 12% que são estabelecidos como mínimo constitucional. Caso não haja mais recursos, as dificuldades de se fazer realmente a melhoria da saúde aumenta e todas as esferas de governo devem estar engajadas nessa linha de pensamento.

Sr. presidente, o que me traz à tribuna é uma preocupação com as obras paralisadas aqui no estado de Santa Catarina.

Nós sabemos da dificuldade de contratação tendo em vista as questões ambientais, pelas empresas que alegam também não ter conseguido contratar gente suficiente para preencher as vagas e dar um ritmo maior, mas, muitas vezes, os problemas estão relacionados à falta de pagamento. Eu tenho observado pelo estado afora diversas obras paralisadas e queria, aqui, referir-me, de forma especial, a algumas que estivemos tratando nos últimos dias e que nos causa preocupação.

Uma delas é o contorno viário da cidade de Seara, oeste de Santa Catarina, onde tem uma rodovia que passa pelo centro da cidade, um local que tem ocasionado frequentemente muitos acidentes e o grande sonho é ter o contorno viário. Essa obra começou depois de muitos anos de lá estão trabalhando, mas, infelizmente, uma dessas empresas havia retirado as máquinas há mais de 30 dias, agora a segunda empresa também retirou e a obra está paralisada.

Então, fizemos, não apenas um pedido de retomada da obra ao governo, mas um pedido de informação para entendermos o porquê dessa paralisação. Sabemos também que a obra é tocada com recursos de financiamentos e que poderia estar havendo algum entrave na liberação desses recursos. Nós queremos uma justificativa mais plausível, mas principalmente a reivindicação da comunidade é o retorno imediato da obra, que ela siga o cronograma, para que possa ter os trabalhos em andamento, que é o sonho da comunidade.

E a outra obra que cito como exemplo, sei que aí tem a questão da licitação em andamento, mas é uma obra sobre a qual já falamos aqui por inúmeras vezes nesta tribuna, que é a recuperação asfáltica do trecho de Concórdia, na altura da comunidade de Cachimbo até o município de Jaborá, uma obra que começou há cerca de três anos, depois da ordem de serviço demorou cerca de cinco ou seis meses para o início, depois ficou um ano e pouco em andamento, paralisou em final de 2013, passou todo o 2014 sem obras, já estamos em março, quase abril de 2015 e a referida obra não foi retomada. Sei

que tem uma licitação que foi lançada novamente, ainda dependendo da conclusão.

Mas queria fazer, mais uma vez, um apelo ao governo do estado, para que agilize os trâmites burocráticos da referida obra, para que ela seja retomada, porque estamos percebendo a grande angústia da comunidade que passa pela rodovia, por Jaborá, por Concórdia, enfim, por essa região. Essa obra tem que ser retomada, porque tem causado grande preocupação.

Eu cito essas duas obras e trago esta reivindicação à tribuna, de forma especial, mas sabemos que têm outras obras no âmbito do estado. Mas o nosso apelo é que possamos verificar quais são os entraves burocráticos que estão causando esses atrasos, porque essas obras devem ser retomadas o quanto antes já que existe o desejo da comunidade. Deputado Leonel Pavan, v.exa. que já foi governador sabe o desgaste que é quando uma obra está em andamento e de repente é paralisada sem justificativa plausível.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado Neodi Saretta, sabemos da sua preocupação e do envolvimento que v.exa. tem com essa região, que é uma região altamente produtiva e, certamente, uma das mais importantes na produção do estado de Santa Catarina.

E a sua preocupação também é a nossa, porque além dessa reclamação que v.exa. está fazendo, e quero endossá-la, também há inúmeras outras obras paralisadas, muitas obras licitadas e sequer iniciadas. Alguma coisa está acontecendo de errado, parece que há um jogo, uma brincadeira de esconder. Ao falarmos com uma pessoa do governo referente a algum assunto, recebemos como resposta que o assunto será resolvido. E passa um dia, uma semana, um mês, nós já estamos há dois meses nesta legislatura e quantas coisas já foram debatidas no início da legislatura? Sendo que muitos assuntos bastaria apenas uma determinação por parte do governo.

Então, a sua preocupação também é nossa e, certamente, vamos continuar cobrando, porque representamos o povo, somos os fiscais do povo e apoiamos reivindicações como essas.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan, fica o registro do nosso apelo para a retomada imediata dessas duas obras e das demais que estão em processos lentos ou paralisadas, para que possamos, como já disse, ter a retomada normal e principalmente o atendimento das reivindicações dos nossos municípios catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Presidente, deputado Mario Marcondes, quero deixar apenas registrado nesta Casa, mais uma vez, e farei isto sempre que for possível, que o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, que pertence ao governo do estado, e que felizmente era para ser construído, até agora não está acontecendo nada. Nós fizemos o projeto, licitamos, e até agora nada. Eu não quero acusar ninguém, quero é cobrar do governador Raimundo Colombo que assumiu esse compromisso, ele que já conversou comigo pessoalmente, com o prefeito de Balneário Camboriú, com as autoridades e pessoas da área, mas continuamos ouvindo que vai iniciar a obra, que vai acontecer, e nada acontece.

Mas a minha preocupação, presidente, é que a demora, com a burocracia que, às vezes, impede e acaba prejudicando os repasses dos recursos federais. Daqui a pouco a presidente Dilma Rousseff, com essa crise toda presente no país, pode recolher os recursos que estão destinados às obras no Brasil. E temos um recurso de R\$ 55 milhões que é para o governo do estado dar uma parte na construção desse centro de eventos, que eu não vejo acontecer. Mesmo com a boa vontade do

secretário de Turismo Felipe Mello, mesmo com a boa vontade do governador, mas estamos aflitos, isso é apenas um alerta e que fique registrado. Mais um dia se passou e as obras do Centro de Eventos de Balneário Camboriú ainda não começaram. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Deputado Neodi Saretta, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, principalmente quanto à obra de contorno viário de Seara. Há 21 dias estive lá e foi uma das minhas reivindicações também. E isso é um problema que as cidades têm encontrado, pois as BRs têm-se tornado as grandes avenidas dos municípios. E em São José convivemos com isso.

Esperamos que o governo do estado realmente retome aquelas obras e que as conclua para melhorar a vida daquelas pessoas, não apenas de Seara, mas de todo o entorno.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.